



Entrevista

Mulheres, política e poder

Women, politics and power

Maria do Rosário Nunes*

[Entrevista realizada por Ezequiel Hanke**, Ana Luiza Julio*** e André S. Musskopf****]

Podemos afirmar que a relação entre política e poder é relativamente nova no âmbito do feminismo. Não é possível pensar a emergência dos movimentos e estudos de mulheres, feministas, da diversidade sexual sem considerar seus profundos questionamentos às formas de organização e participação política e à estruturação das relações de poder construídas a partir de noções de sexo, gênero e sexualidade. Considerando a conjuntura atual, julgamos importante revisitar esses temas tendo em mente desafios novos e antigos. Foi esta motivação que nos levou a entrevistar a deputada estadual e ex-ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes. Maria do Rosário, única mulher gaúcha na Câmara, é professora e deputada federal reeleita para o terceiro mandato com mais de 127 mil votos pelo Partido dos Trabalhadores. É também doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem atuação destacada e intensa na promoção e defesa dos direitos humanos. Tivemos o prazer de entrevistar a deputada, em que nos fala sobre sua trajetória política, desafios que enfrentou/enfrenta e sobre a luta pelo empoderamento e por uma maior participação das mulheres na política visando a equidade de gênero nos espaços de poder.

* Deputada federal (PT-RS) e mestre em educação. Presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara e foi ex-ministra de Estado dos Direitos Humanos.

** Doutorando em teologia pelo PPG da Faculdades EST e Assistente de Pesquisa do Programa de Gênero e Religião (bolsista Capes).

*** Psicóloga, doutora em Psicologia, mestra em Educação, Assistente de Projetos do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST.

**** Doutor em Teologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia – Cátedra de Gênero e Religião. Integrante da coordenação do Programa de Gênero e Religião e líder do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Faculdades EST. Contato: <asmusskopf@hotmail.com>.



Acompanhe a entrevista completa a seguir.

1 Como se deu a sua entrada no mundo da política? Quais foram suas motivações e convicções?

Iniciei minha atuação política ainda na adolescência, no movimento secundarista e, quando fui aprovada no concurso para professora, passei a militar no movimento sindical. Em ambos os casos, buscava contribuir para a melhoria da educação, seja por meio da luta por vagas para todos e do passe livre para os estudantes, seja pela valorização dos professores e professoras. Posteriormente fui eleita vereadora de Porto Alegre em 1993 pelo Partido Comunista do Brasil, me filiei ao Partido dos Trabalhadores, pelo qual conquistei a reeleição em 1996 e onde milito até hoje.

2 Como tem sido essa caminhada no campo da política? Quais os desafios e possibilidades que você enfrentou e enfrenta (dentro de seu partido e nos espaços que você tem ocupado em órgãos governamentais – legislativo e executivo)? De que forma esses desafios e possibilidades se relacionam com as questões de gênero?

Os desafios são muitos e em toda a parte. Os efeitos da divisão sexual do trabalho e a perpetuação do machismo na sociedade perfazem um quadro complexo no qual o enfrentamento à sub-representação feminina em espaços de poder se apresenta como um grande desafio. No meu partido, conquistamos a paridade de gênero na composição das direções, mas os espaços informais de poder seguem sendo hegemonizados pelos homens, tal como o núcleo duro dirigente. Para se ter uma ideia, em 36 anos de história, o PT nunca foi presidido por uma mulher, e apenas duas disputaram o mais alto posto de comando partidário, eu e a ex-deputada federal Iriny Lopes.

No executivo, tive a honra de fazer parte do governo da primeira presidenta da história do nosso país, e do corpo ministerial mais representativo em termos de gênero. Isso significa que o machismo não estava presente? Não, mas que a todo momento estava sendo enfrentado. Realidade bastante distinta da que encontrei ao retornar ao legislativo. A Câmara, hoje, é mais conservadora e sexista que outrora, e tem como centro de sua pauta, para além do ataque aos direitos dos trabalhadores, os retrocessos nas conquistas das mulheres. A política ainda é um espaço extremamente masculino. Não por acaso sou a única deputada mulher eleita no Rio Grande do Sul nessa legislatura.

A eleição de Dilma duas vezes como presidenta da República demonstra que o eleitor brasileiro, em sua maioria, não tem preconceito quanto a presença de mulheres em cargos de gestão. No entanto as condições no interior dos partidos seguem sendo desiguais. Em geral, quando a escolha é entre um homem ou uma mulher para ocupar determinado espaço, a decisão segue sendo em prol dos homens. O tratamento discricionário se dá desde a definição do candidato à presidência do grêmio estudantil até a alocação de recursos de campanha.



3 De modo geral, como avalia a participação das mulheres na política no Brasil, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos de atuação? Qual tem sido a contribuição e os principais obstáculos das mulheres?

A divisão entre esfera pública e privada separou o trabalho produtivo, realizado pelos homens, do reprodutivo empreendido pelas mulheres, o doméstico do político. Esta divisão é fruto de uma construção social com funções ideológicas, obtendo sucesso em nos manter relegadas aos trabalhos mais desvalorizados socialmente, e acumulando a jornada laboral fora e dentro das nossas casas, as conquistas são muitas, mas os desafios são ainda maiores.

Há 83 anos as brasileiras passaram a ter direitos políticos, mas mesmo após quase um século ainda ocupamos o 118º lugar no ranking de participação feminina nos parlamentos ao redor do mundo. Ou seja, ainda temos enormes desafios para afirmarmos no Brasil uma participação igualitária das mulheres no mundo do trabalho.

O parlamento poderia ser um espaço privilegiado para isso, tanto é que no último período as mulheres contribuíram para a construção de projetos fundamentais como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a revisão na legislação sobre o estupro, que ampliou o seu escopo colaborando assim para o enfrentamento à impunidade, entre tantas outras. Hoje, porém, estamos inseridos e inseridas na legislatura mais conservadora do período democrático.

Neste cenário, as deputadas e senadoras, bem como os parlamentares homens defensores dos direitos das mulheres têm a tarefa de resistir a projetos que são verdadeiros retrocessos para a vidas das mulheres brasileiras. A articulação entre as bancadas fundamentalista, da bala e ruralista é, sem dúvida, o nosso principal obstáculo.

4 O campo político é um espaço de empoderamento das mulheres? Como se dão as relações de poder nesses espaços?

O campo político é um espaço de disputa de poder. Não há um empoderamento vindo de fora, mas uma conquista destes espaços por mulheres que lutam contra o machismo, que estrutura as relações nestes espaços, em que ainda somos ampla minoria. Quando falo em minoria, me refiro não às bases, e sim às direções dos processos políticos.

As mulheres muitas vezes são desincentivadas a dar continuidade à construção de uma trajetória que vise a ocupação de espaços de direção ou de destaque, isso ocorre no interior dos partidos políticos e também nos movimentos sociais. A violência simbólica sofrida pelas mulheres ao longo da vida é aprofundada na disputa, e muitas vezes leva as mulheres a acreditarem que não possuem capacidade para assumir determinados espaços. A dificuldade de se expressar, o medo de ser ridicularizada, apartam a mulher do caminho rumo ao poder. Em alguns casos, a opção é se limitar ao trabalho de base, em outras é o afastamento por completo desses espaços.



As mulheres são ainda mais cobradas, avaliadas em aspectos de natureza pessoal, e enfrentam uma série de barreiras na construção de suas trajetórias que vão desde a discordância da família até a dificuldade de aceitação de sua presença em espaços tradicionalmente masculinos. O que empodera é o feminismo, que nos permite perceber a ação do sexismo no dia a dia, e atuar coletivamente para romper as barreiras que ainda nos são impostas.

5 Qual tem sido o impacto das políticas de cotas para participação de mulheres em partidos políticos, processos eleitorais, ocupação de cargos na gestão pública? Como cruzar a questão de gênero com as questões étnico/raciais (mulheres negras e indígenas) e geracionais (mulheres jovens), por exemplo?

Como já disse, as políticas de cotas são fundamentais. No meu partido, as mulheres são hoje metade das direções, fazem parte das decisões, e a atual geração de jovens já possui muito mais dirigentes mulheres, reais, do que quando cheguei no PT. No parlamento, porém, as cotas não funcionaram. A combinação entre lista aberta e a ausência de sanção para os partidos que não cumprissem a determinação legal fez com que, por um lado, estas fossem largamente desrespeitadas e, por outro, que não tivessem efeito prático em virtude da construção de candidaturas “laranjas”, sem apoio efetivo dos partidos. Assim a reserva de vagas no parlamento, que asseguraria a presença das mulheres, é parte da minha luta.

Entretanto nossa ação não pode se limitar às cotas, é preciso um trabalho mais profundo e constante de mudança de cultura. O que só é possível por meio da superação da interdição ao debate de gênero nas escolas, da democratização das comunicações, do incentivo a produções culturais emancipadoras e, é claro, do forte enfrentamento à impunidade. Nesse espectro, há uma interseção que deve estar sempre presente. Por exemplo, uma mulher negra ou indígena, sofre opressões sobrepostas, as jovens sofrem com a violência, o assédio e abuso sexual. Esses fatores são relevantes e precisam ser considerados.

6 Qual sua opinião sobre a retirada das questões de gênero do Plano Nacional de Educação e de vários Planos Nacionais e Municipais? Qual o impacto que isso poderá ter para as relações de gênero no Brasil?

É um absurdo, de um obscurantismo tão grande que nos faz retroceder décadas, e tem consequência direta para as relações de gênero no Brasil. Em vez de contribuir para o enfrentamento ao machismo, à LGBTfobia, a ausência desse debate reforça estereótipos, preconceitos e aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres.

Poderíamos estar combatendo a cultura do estupro, ensinando que as meninas podem estar em qualquer espaço, aos meninos que precisam respeitar a todos e todas, que não faz nenhum sentido tirar ou perder a vida numa briga de bar ou de trânsito. Mas não, as forças reacionárias



optam por um modelo educacional que reforça o machismo que é nocivo para as mulheres e homens.

7 Qual é, para você, o papel das religiões e da teologia no atual cenário brasileiro, considerando questões de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, mas também no campo dos Direitos Humanos de modo mais amplo?

Não podemos confundir o fundamentalismo religioso com as religiões de forma geral. Evangélico é aquele que professa a religião protestante, e não necessariamente uma pessoa intolerante, muito pelo contrário, o livro em que se baseia sua religião professa o amor ao próximo. No entanto o fundamentalismo existe e cresce, se utiliza da fé das pessoas para disseminar o ódio e contribui para o avanço do conservadorismo sob os direitos, em especial sexuais e reprodutivos das mulheres.

É preciso que garantamos o direito à liberdade de expressão, que asseguremos a todos o direito de professar sua fé sem qualquer tipo de perseguição ou discriminação. Nesse sentido, apresentei o Projeto de Lei n. 7582/2014 que tipifica os crimes de ódio e intolerância por religião, por considerar que esta é uma questão fundamental para construção de uma sociedade democrática. O que não podemos aceitar é a interferência religiosa no Estado brasileiro. O Estado precisa ser, de fato, laico.

[Recebido em: julho de 2016 /

Aceito em: agosto de 2016]